

## Diálogos sobre bullying e bem-estar psicológico escolar: uma análise atual

Dr. T. Sørensen<sup>1</sup>, Dr. P. Ivanova<sup>2</sup>, Dr. J. Park<sup>3\*</sup>

<sup>1</sup> Department of Preventive Medicine, University of Copenhagen, Copenhagen, Denmark

<sup>2</sup> Department of Medical Biochemistry, Sofia Medical University, Sofia, Bulgaria

<sup>3</sup> Division of Clinical Research, Yonsei University College of Medicine, Seoul, South Korea

### RESUMO

No Brasil, a partir da segunda metade da década de 1980, com a evolução das pesquisas etnográficas no/do/sobre o cotidiano escolar, tem apresentado subsídios para uma reflexão acerca do papel político e social das instituições de ensino no país. Desse modo, objetivou-se, identificar as práticas de violências e incivildades escolares e como essas influenciam diretamente no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica. Como método, recorreu-se as pesquisas teóricas e empíricas que discutem a temática na sociedade contemporânea nas últimas décadas. Os resultados mostraram que tanto a família, a escola e as políticas públicas, tem falhado na mediação desses conflitos. Haja visto que, as prevenções por meio das mediações de conflitos tem evitado a propagação da violência em âmbito escolar. Conclui-se que a insegurança tomou conta desses espaços e preocupam a todos que estão inseridos diretamente e indiretamente nos sistemas educacionais, que são destinados para o locus de desenvolvimento cognitivo, físico e social dos jovens, que embora têm sido palco de atos cada vez mais violentos propagado pelas mídias e rede sociais num ato de banalidade.

**Palavras-chave:** Cotidiano Escolar. Educação Básica. Incivildades. Violências.

### 1. INTRODUÇÃO

A violência física e psicológica são as mais vivenciadas em âmbito escolar, pois sua gênese originam desde as séries iniciais até a conclusão da Educação Básica. No entanto, não são apenas essas violências que ocorrem no cotidiano escolar, ou seja, as micro violências ou incivildades, que também debilitam o processo de ensino e aprendizagem, diante das relações interpessoais, que permeiam a educação brasileira. Ao pensar nesta perspectiva educacional contemporânea, surgem vertentes para analisar as relações entre os conflitos no espaço micro a partir do macro.

Por sua vez, educadores corroboram com reclamações no/do/sobre o cotidiano escolar, voltadas aos comportamentos indisciplinados: salas de aulas lotadas, baixos salários e formações docentes inadequadas. Além disso, observa-se que há pressões ideológicas para trabalharem com um currículo completamente conteudista, metódico e ultrapassado. De acordo com Charlot (2000) esse trabalho se difere com a realidade cotidiana de saber dos jovens.

Percebe-se que essas angústias ocorrem diretamente pelos principais agentes envolvidos na Educação Básica: alunos e professores. É notável que os mesmos projetam

sonhos e desejos para o futuro, e conseqüentemente com o sucesso escolar, por meio da frequência e qualidade no ensino da escola contemporânea. Porém, na realidade têm provocado a evasão física e mental, ao ampliar os conflitos existentes entre alunos e educadores nesse cotidiano.

Tecer comentários sobre os diversos tipos de violências nas escolas tornaram-se corriqueiros por pesquisadores e professores ao longo da história da educação brasileira. De fato, desde as civilizações mais remotas, a violência é um acontecimento recorrente na história da humanidade, tornando-se assim um ato comum e banalizado entre as culturas de massas, o que não é diferente em ambiente escolar. Para Arendt (1999), a banalização de toda e qualquer violência é algo bastante costumeiro em algumas sociedades, de modo a exercer uma apatia frente ao sofrimento alheio. Diante do exposto foi criada a Lei nº 13.185/2015 com intuito de conter a intimidação sistemática na população, ou seja, quando há violência física, psicológica em atos de humilhação ou discriminação, recorrentes em ambientes escolares ou não. A classificação também inclui ataques físicos, insultos, ameaças, comentários e apelidos pejorativos, entre outros (BRASIL, 2015).

No campo científico, Debarbieux (2002, p. 19) defende que os “indicadores ajudam a encontrar o que é real num conceito que é ineficaz devido à sua generalidade”. Desse modo, as manifestações de agressividades, sejam elas físicas, verbais ou ideológicas, alimentam a cultura midiática e os bancos de dados de muitas bibliotecas universitárias pelo país agravando a insegurança da comunidade escolar e de pessoas que almejam a profissão de educadores. Não há dúvidas que esses indicadores ajudam na análise e compreensão do/no/sobre o cotidiano escolar e sobretudo dos conflitos que surgem diaramente por motivos diversos que carecem serem analisados.

Embora haja uma definição histórica do conceito de violência, que vem do latim *Violentia*, que quer dizer veemência ou impetuosidade (FERREIRA, 2010), sua origem está relacionada diretamente à violação de regras, ou seja, o indivíduo violento que age pela força. Bispo e Lima (2014) afirmam que a violência se apresenta de forma mais imperceptível, sejam nas palavras, nomeações, classificações e formas de utilização da linguagem, não sendo, muitas vezes, identificado como violência.

Segundo os dados do IBGE (2015), o percentual de jovens da Educação Básica que presenciaram agressões físicas no Brasil são alarmantes. O estado de Pernambuco na Região Nordeste, apresentou os mais altos índices de violência no país, dos entrevistados as meninas 18,2% presenciaram os atos mais violentos que os meninos 17,7%, fato que alunos das escolas públicas 18,9% desse estado, também vivenciaram essas práticas, contra 13,6% das escolas privadas. Esse é apenas um dos inúmeros dados que permeiam a questão da violência em âmbito escolar no Brasil.

É notório que as violências deixam sequelas físicas e psicológicas em muitos indivíduos que passam por escolas na Educação Básica, sendo essas consideradas perigosas, justamente pelos atos de agressões em seu interior que crescem quando não analisadas e discutidas. Assim, ao longo do tempo, também aumentaram os investimentos com câmaras de segurança, muros, punições com advertências, suspensões e expulsões compulsórias. De fato, esse investimento ajudam a conter as chamadas grandes violências em algumas dessas escolas. Porém, há uma camuflagem dessas grandes violências, abrindo espaços para as micro violências. São justamente essas micro violências, denominadas de incivildades apontadas por Debarbieux (2003) e Vinha (2003) que ganharam força no/sobre/no cotidiano escolar, tornando-se invisíveis e nocivos às relações interpessoais, afetando diretamente o processo de ensino e aprendizagem de escolas pelo país. Segundo Castro (2010, p.106), “as incivildades não parecem receber a devida atenção do poder público, como se

permanecessem associadas à indisciplina, representando uma forma menos nociva de violência”.

São essas incivildades que passam despercebidas no cotidiano escolar, que os educadores raramente registram em seus diários, mantendo apenas as advertências verbais “como se conversar fosse não fazer nada” (Vinha, 2003, p.62). Contudo, os jovens ignoram esse tipo de advertência e continuam a praticá-las, aumentando e transformando o ambiente em um caos educacional, diluindo o desejo de aprender naquelas circunstâncias. Do mesmo modo, alguns educadores também ignoram essas práticas cotidianas, e aceitam as incivildades. Essa convivência à violência, não cabe a todos professores, sendo alguns mais sensíveis as micro violências, o que acelera o rompimento dos contratos sociais e das relações interpessoais, solidificando em violências cada vez mais graves.

Para que as relações interpessoais se efetivem positivamente, a mediação, a empatia e a alteridade deve existir, ou seja, um jogo de interesses para saber lidar com os conflitos, sejam nas questões macro sociais ou micro sociais. A estrutura física/pedagógica das escolas brasileiras, praticamente em sua totalidade é fechada por muros, ideologias, currículos cada vez mais engessado e por um tempo de permanência obrigatória cada vez maior. Para Aquino (1998. p. 8), os indivíduos da escola: “[...] parecem tornar-se reféns de sobre determinações que em muito lhes ultrapassam [...] e, por extensão, seu manejo teórico-metodológico residiriam fora, ou para além, dos muros escolares”. É notório que a convivência não é uma tarefa fácil. Entretanto, cotidianamente, o ser humano precisa se relacionar com outras pessoas e essa vivência se faz presente em âmbito escolar, no próprio processo de ensino e aprendizagem, tendo em vista que as relações interpessoais acontecem dentro de grupos, refletindo diretamente sobre as ações entre elas. Mas, quando a relação entre professor e aluno são saudáveis, o ambiente torna-se motivador, de interação e de troca de experiências entre ambos.

Nesta mesma perspectiva, as representações do mundo social, as relações interpessoais e desenvolvimento socioafetivo, entre os sujeitos em instituições de ensino, ditam ora o sucesso ou o fracasso escolar. Na possibilidade de compreender os conflitos entre professores e alunos, percebe-se que diretamente a qualidade do ensino é afetada na Educação Básica, o que corroboram a importância da temática ser discutida e apresentada à sociedade contemporânea.

Portanto, a questão que motiva aprofundar na gênese nuclear sobre as violências e incivildades no cotidiano escolar, é embrenhar na análise do discurso sobre os conflitos existentes entre os sujeitos na Educação Básica a partir de estudos e pesquisas de autores que discutem sobre a problemática e representações em âmbito escolar. Desse modo, a pesquisa objetiva analisar as violências, suas ramificações existentes e de que forma elas influenciam no processo de aprendizagem dos jovens, a partir de uma revisão literária de pesquisadores e teóricos sobre a violência em ambientes educacionais.

## **2. REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR**

Na passagem do século XX para o XXI, Abramovay (2012, 2015), Debarbieux (2003), Sposito, (2001), Salles et. al. (2014), entre outros pesquisadores se debruçaram para analisar as múltiplas causas e consequências das questões que permeiam a violência escolar. Ao examinar essas pesquisas, não restam dúvidas de que as instituições de ensino, tornaram-se verdadeiros palcos de conflitos por atos de pequenas e grandes violências, colocando em risco à integridade física e psicológica de alunos e professores. Conforme Marion (2002, p.

168), os conflitos mais encontrados estão ligados ao direito a propriedade, agressões físicas, verbais, rejeição ou aceitação. Mas, para Freire (1996, p. 103), “o clima de respeito deve nascer de relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades dos alunos se assumem eticamente, autêntica o caráter formador do espaço pedagógico”.

Segundo Vinyamata (2005), as relações interpessoais podem ser resolvidas no próprio cotidiano escolar, pois segundo o autor, a educação desempenha um papel para solucionar os conflitos de forma não violenta. Para discutir sobre violência escolar é de suma importância entender questões que giram em torno das relações interpessoais na escola e consequentemente buscar ensinar o respeito ao outro e os valores pessoais. A escola deve ter um ambiente propício para o respeito mútuo entre docentes e discentes, tornando-os protagonistas de uma sociedade mais humanitária. Contudo, esse espaço educacional por ser considerado a primeira agência socializadora para muitos sujeitos, é notório que surgem ali, as micro relações que formam os indivíduos sociais. Para Gatti (2001), com o advento da escola pública em larga escala a partir de 1950, as pesquisas e surgimentos de temáticas que permeiam o cotidiano escolar, passaram a ser empregados como ferramentas de compreensão do âmbito escolar e da sociedade em que está inserida.

As diversas abordagens teóricas acerca dos estudos nos/dos/com/sobre cotidianos, oferecem oportunidades produtivas para pensar nos problemas escolares em suas questões socio/culturais. Dessa maneira, ao observar os indivíduos inseridos nesse contexto e suas práticas a partir de suas experiências diárias, reconhecem a existências de subjetividades que devem ser observadas minuciosamente para não cair no senso comum.

Ao pensar e investigar os sujeitos no/do/sobre o cotidiano escolar a literatura está pautada segundo a qual:

É formada tanto pelas condições econômicas, sociais, históricas e culturais de onde o indivíduo vive quanto pelo conjunto de práticas sociais do aqui e agora. É constituída por experiências diretas, pela ciência e mesmo pelos meios de comunicação, que também transmitem valores, conhecimentos crenças e modelos de conduta. Então, os conhecimentos não estão só ligados à experiência direta, mas também são assimilados a partir de grupos sociais, da própria ciência e produtos da pesquisa científica (FERREIRA SALLES, 1998, p. 12).

Cotidianamente, educadores com suas vivências se esforçam para ministrar boas aulas, mas, não conseguem em sua íntegra, aumentando desânimos e consequentemente um aumento gradativo de afastamentos dos educadores com licenças médicas, provocados por síndromes de pânico, estresses ou depressões. Com isso, na outra extremidade, os alunos, vêm na escola outros objetivos, como: paquera, fazer amizades, estar na moda e principalmente passar de ano sem a relação com o saber, conforme Charlot:

Se quer compreender o que ocorre na escola, quais as relações de uma criança com o saber e o fato de aprender, é preciso levar em consideração sua posição social e o fato de que é um sujeito[...]. O que é preciso compreender é a forma social de ser singular e a forma singular de ser social (CHARLOT, 2003, p. 25).

Vale salientar, que a busca de compreensão entre o sentido de ensinar e o sentido de aprender respeitando as diferenças sócio-culturais, só poderá trilhar com mudanças de atitudes dos envolvidos, agregadas a problemática de violência no cotidiano escolar. Ao qual

será apresentado ao viés da alteridade na escola. Segundo Silva:

A educação necessita da alteridade para efetivar um profundo comprometimento político e ético com a libertação integral do ser humano. Então, parece oportuno lembrar que a ausência da alteridade na convivência humana tem provocado entre outros males, a guerra entre as nações, desastres ecológicos, a miséria, a violência. (SILVA, 2007, p. 52).

No cotidiano da vida e no cotidiano escolar estão presentes inúmeras circunstâncias, das quais se podem destacar os fatores econômicos, políticos, culturais, sociais e históricos, a considerar que os aspectos macro sociais estão presentes e determinam aspectos micro sociais, e de alguma forma, sempre retornando aos “lugares” de Lefebvre (1991), ou “espaços” de Certeau (1982). Como aponta Heller (1977, 2004), a vida cotidiana não está segregada a história, mas no acontecer histórico.

Alves (2000) relaciona diretamente o estudo do cotidiano escolar com a historiografia da educação brasileira. A partir daí, percebe-se a importância das avaliações, registros e resultados diários nas escolas, que servem para pesquisas às gerações futuras para compreender o objeto de estudo. Pois, ao registrar relação professor/aluno, a gestão escolar e o comportamento socio-cultural dos alunos no espaço/tempo, pode-se compreender efetivamente sobre contexto de violência. As pesquisas científicas que se preocupam com essa temática, levam a entender muito bem o que se passa no “espaço” (Escola) e no “tempo” (História). E para Alves (2003, p.66), é assim que aprende a encontrar soluções para os problemas criados por soluções encontradas anteriormente na história.

Educadores por sua vez, buscam direcionar a falta de incivilidade a família, segundo Vinha (2003, p.62), “ao transferir o problema para outra pessoa, também está transferindo o poder de resolução”. Mas, são nas relações educativas que ocorrem os mais diversos tipos de conflitos que estão embasados nos estudos da teoria piagetiana, ao qual essas práticas são favoráveis para o aprendizado dos alunos, pois os educadores podem trabalhar valores e regras (CARINA, 2009, p. 6). Desse modo, nos artigos 932 e 933 do Código Civil Brasileiro, as instituições escolares públicas ou privadas juntamente com seus educadores tem por obrigatoriedade civil se responsabilizar pelos casos de violências que acontecem em âmbito escolar (BRASIL, 2002), ao amparar juridicamente alunos que vivenciam os mais diversos tipos de conflitos.

Portanto, com base na análise desse referencial exposto, acredita-se veemente que haja uma contribuição àqueles que permeiam a Educação Básica, ao examinar a qualidade do ensino a partir da realidade cotidiana e do contexto histórico. Assim, buscar soluções aos problemas no processo de ensino e aprendizagem tão corriqueiro em âmbito escolar.

### **3. A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA EM AMBITO ESCOLAR**

A violência em âmbito escolar é um fenômeno existente historicamente, fundamentada a partir de conflitos por questões culturais, políticas, sociais, econômicas ou religiosas, sendo um desafio contemporâneo (SILVA & SALLES, 2010). Em resultado da massificação da sociedade, as práticas de violência, vem tornando-se banal na contemporaneidade, que segundo Arendt (1987, p.7), perpassam o século passado, ao afirmar que os “tempos sombrios não são novos” e “não constituem uma raridade na história”. A escola foi projetada inicialmente como lócus para o desenvolvimento físico e intelectual dos jovens no processo de aprendizagem. Porém, tornou-se em palco da produção e reprodução

das diversas representações sociais, consequentemente das macro ou micro violências. Para Abramovay:

As violências nas escolas constituem fenômeno preocupante. De um lado, pelos efeitos que tem sobre aqueles que a praticam, os que sofrem e os que testemunham. De outro, porque contribuem para tirar da escola a sua condição de lugar de amizade, de prazer, da busca de conhecer e de aprender (ABRAMOVAY, 2015, p. 07).

É notório que pesquisas de Abramoway (2012), Charlot (2002), Debarbieux (2002), entre outros, indicam que a violência escolar está relacionada aos conflitos interpessoais, agregada a falta de diálogo nas resoluções de conflitos, a qual é comprometido em um ambiente homogêneo e próprio, devido a diversidade histórico-cultural existentes. Assim, as violências ocorrem quando o sujeito ou grupo utilizam a força física ou o autoritarismo para coagir, agredir ou submeter pessoas às práticas ilícitas, privando-as de liberdade, provocando danos psicológicos ou lesões físicas.

Parece soar estranho, mas os conflitos por si, são importantíssimos em âmbito escolar, desde que, muito bem discutidos e mediados pelos presentes, na resolução do próprio problema. Tanto educadores quanto alunos presenciam cotidianamente conflitos, sejam as violências física, verbal, moral, intrafamiliar, patrimonial, institucional, sexual, ciberviolência, simbólica e psicológica, ambas com gravidades momentâneas ou posteriormente representados pelos traumas. Diante dos diversos tipos de violências apontadas é de conhecimento que, agravantes ocorrem desde a fase inicial da criança ao bater, guspir, morder, chingar, encarar, empurar, entre outras manifestações, com certa facilidade para intervenções momentâneas pelos educadores. Já as violências psicológicas passam despercebidas por alguns educadores que estão preocupados muito mais com os atos físicos visíveis que as micro violências que ocorrem cotidianamente.

A violência representada nas escolas é reflexo de uma sociedade cada vez mais inflexível e vulnerável sobre a temática e jovens presenciam os atos violentos em seus lares, nos bairros, na televisão ou internet, como o preconceito, discriminação, segregação, bullying, homofobia, violência contra a mulher, feminicídio, entre outras práticas. De fato, independente da classe socio-econômico-cultural, esses alunos e professores já presenciaram algum tipo de violência ao longo da vida.

Um fator que evidencia a influência de comportamento violento está cada vez mais arraigado por meio das mídias, é o caso ocorrido no início de 2019, em uma escola pública estadual na cidade de Suzano na Grande São Paulo, ao qual chamou a atenção pelo fato de que um dos atiradores eram jovens usuários de fóruns virtuais anônimos conhecidos com chans, e é normalmente encontrado tanto na superfície da internet quanto na Deep Web. Para melhor compreensão desse contexto de violência, é necessário entender que os chans são fóruns virtuais, onde seus usuários postam imagens ou textos de forma anônima, usando uma linguagem típica e se auto titulado anons, uma referência a palavra anônimo, justamente para manter sigilo a respeito de suas postagens. Nestes fóruns há conteúdos diversos a respeito de jogos, animes, mangas ou memes. Mas, algumas pessoas utilizam esse anonimato como forma de propagar ódio, difamação, perseguição e até ameaça, incentivando o preconceito, pedofilia, misoginia, racismo, xenofobia, homofobia, dentre outros (BOTÃO; SOUZ; RIBEIRO; 2019).

Conforme Fernandes e Fontoura (2017), a percepção dos jovens sobre a violência escolar diz respeito às diversas formas de incivildades que sobressaem no cotidiano escolar, representados principalmente por xingamentos, esconder materiais e palavrões entre os envolvidos. Para os jovens, essas incivildades são tão naturais, que ao serem advertidos alegam

que estão brincando ou que não são os únicos em ambientes escolar que praticam tais atos.

Para Lobato (2016), a concepção representativa sobre a violência por parte dos educadores se resume em nove categorias:

O que os professores conversam sobre a violência? Quais formas de violência manifestas na escola? Existem violência considerada a mais grave? Como a violência é trabalhada em sala de aula? Como os professores costumam agir diante da violência? Há formação sobre violência escolar? Há violência na relação professor-aluno? Há infraestrutura da escola X violência? Quais as consequências da violência para a escola? (LOBATO, 2016, p. 117-125).

Essas categorias apontadas pela autora, representam parte das preocupações da comunidade escolar em relação a problemática existentes sobre os diversos tipos de violência no cotidiano escolar. É notório que tanto alunos como professores se preocupam com os atos de violência. Contudo, uma resolução do problema ainda continua distante de serem solucionados, pois a escola é multifacetada e estereotipada o que dificultam as mediações de conflitos.

A justificativa acerca da vitimização de alunos e professores é corroborado por pesquisas que identificaram relações entre violência intrafamiliar que se escoo no ambiente escolar, ou seja, aqueles que de alguma maneira sofreram ou presenciaram algum tipo de violência familiar tornam-se mais vulneráveis aos atos em outros ambientes (SILVA, 2013; FINKELHOR et. al.2007).

#### **4. MEDIAR E PREVINIR AS VIOLÊNCIAS ESCOLARES**

Percebe-se que são inúmeras as manifestações dos sujeitos envolvidos para justificar as causas e consequências da violência escolar. Para os educadores não há uma receita pronta, por mais que se discuta a questão da violência escolar cotidianamente. Punições como: advertências verbais, escritas, suspensões ou transferências compulsórias, não tem resolvido o problema a anos, às violências vêm adquirindo mutações, ou seja, formas distintas, no/do/sobre o cotidiano escolar. Ao serem punidos, os envolvidos ficam ainda mais revoltados, replicando as práticas de violência ao próximo ou contra o pratimônio público, como forma vigativa e representativa contra autoridade de poder. Que por sua vez, também redobram ou triplicam as penalidades, ao alegar que os infratores são reincidentes em seus atos de vandalismo. Não cabe aos mestres, punirem seus alunos diretamente, independente da infração, exceto a equipe gestora escolar, mais especificamente o(a) diretor(a). Que mediante a tal situação, um aluno(a) que comete uma indisciplina gravíssima, e esse for reincidente, levam o caso ao Conselho de Escola, que aplicam a transferência compulsória do infrator juvenil, ratificado conforme o Regimento Escolar, vigentes em cada Unidade de Ensino pelo país. Mesmo com a confirmação do ato de violência por parte do infrator, a transferencia de Unidade Escolar, só transfere o problema para outra escola, tornando-o cada vez mais revoltado com o sistema de ensino vigente.

Pesquisas recentes no/do/sobre o cotidiano escolar (AMARAL e RAMOS, 2018; GOMES e MARTINS, 2016; EVANS, 2018; QUINQUIOLO, 2018) no que tange ao diálogo, a participação da comunidade acerca da violência, capacitações docentes e projetos de mediação de conflitos, tem apresentado resultados positivos nas decisões para conter essas práticas nas instituições de ensino.

Como analisado empiricamente, a violência escolar deve ser enfrentada com planejamentos mais efetivos, com formação educacional, debates aos integrantes da comunidades escolar, palestras sobre violência e/ou paz, auxiliando com os problemas que

permeiam no cotidiano escolar. É notório que sem a resolução dos conflitos, os educadores perdem o controle da turma e as violências ou micro-violências tornam-se em um fator prejudicial ao processo de ensino e aprendizagem. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO] (2010), em seu artigo 1º de seu ato constitutivo, defende o seu principal propósito, que é a cultura de paz e a mediação de conflitos, por meio da tolerância, do respeito mútuo e da solidariedade em prol das democracias pelo mundo.

O texto base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (2009), levantou uma campanha para o combate da violência no país, classificando-a em três tipos: violência estrutural, violência física e violência simbólica. Cada tipo de violência, segue uma abordagem para identificação e intervenção. Mas, essa missão de identificação e intervenção ao combate a violência escolar não cabe apenas aos educadores, a responsabilidade deve ser diluída entre todos da Comunidade Escolar. Mesmo havendo uma preocupação por parte das instituições governamentais e não governamentais há décadas, continuam surgindo nos espaços escolares atos cada vez mais violentos, que são cotidianamente divulgados pelas mídias.

A violência representada na escola contemporânea, mostra que tanto a família, a escola e as políticas públicas dos governos municipais, estaduais e federal, tem falhado nesse processo ao longo dos anos, por mais que as tentativas sejam relevantes, servindo de alerta para sociedade. De fato, as mídias comunicativas, publicam e multiplicam relatos e imagens de agressões físicas e verbais, entre alunos e professores em âmbito escolar, que se banalizam cotidianamente. Os relatos de violências escolares que chegam aos meios de comunicação e repassadas perversamente e impacta toda sociedade negativamente sobre o conceito de cotidiano escolar. Mas, mesmo com essa perspectiva, é de suma importância, que cheguem ao conhecimento da sociedade, porém de forma transparente sem perversidade midiática ou sensacionalística e que depois caia em banalidade, como dito ao longo do texto.

Os combinados antes, durante e depois dos conflitos resurgentes, continuam sendo ótima opção, para minimizar o problema da violência e da indisciplina em ambiente escolar. Pois, o diálogo sobre a alteridade, leva o aluno infrator a rever seus conceitos diante dos atos praticados. Outras sugestões para minimizar as práticas violentas, são as práticas educacionais como: projetos artísticos, musicalidades, esportes e estudos dirigidos que por sua vez, remetem as ações de interesses dos alunos de todas as faixas etárias da Educação Básica. Certamente uma análise crítica sobre a violência escolar perpassa a questão da liberdade de Habeas Corpus, de expressão de ideologia e de gênero em uma dicotomia no/do/sobre o cotidiano escolar.

Expor os problemas sobre a violência escolar é amadurecer as discussões e buscar soluções de conflitos. Em alguns casos, professores e gestores camuflam essas micro-violências evitando assim uma performance, de que a sua turma ou a escola, não são violentas. Entretanto, os conflitos existentes só poderão ser resolvidos se todos os envolvidos sentirem-se participantes ativos e não meramente ouvintes. Assim, as prevenções por meio de diálogos sobre a paz e a mediação evitam a propagação da violência escolar.

Portanto, mudanças de hábitos comportamentais e procedimentos adequados para evitar os atos de agressividade em ambientes escolares, carecem de análise no/do/sobre o cotidiano escolar com pesquisas etnográficas, pois só assim poderão permear o que de fato ocorrem entre os muros da escola contemporânea brasileira.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das ações desenvolvidas pela família, pela escola e pelo poder público, marcam que os envolvidos diretos não estão preparados para os conflitos diários de violências e micro

violências em âmbito escolar. Haja vista que, essas instituições são responsáveis para amparar os jovens da Educação Básica, mas distribuem suas culpas para outros setores, desencadeando assim, a crise na autoridade e no fracasso escolar.

É de suma importância analisar os princípios universais dos direitos humanos e relacionar a violência escolar, para que cada indivíduo entenda o real sentido de respeito mútuo. As consequências de preconceitos, discriminação, segregação ou abuso de poder, ainda estão presentes no cotidiano escolar, sendo agravado quando indivíduos de grupos minoritários como: jovens negros, homossexuais, características físicas, credos religiosos, extrato social-econômico estão em áreas de vulnerabilidade e marginalizados pela sociedade.

Ao examinar a literatura que discute as violências de jovens no/do/sobre o cotidiano escolar, percebeu-se que a insegurança tomou conta dos espaços educacionais e continuam preocupando a todos que estão inseridos diretamente e indiretamente nesses espaços vulneráveis. Quando os jovens vão para a escola, os pais acreditam que seus pupilos estão seguros da criminalidade ou dos atos violentos das ruas. Porém, começam a perceber que a escola é apenas uma extensão de uma sociedade cada vez mais perversa, narcisista, autoritária e agressiva. Do mesmo modo, os educadores também estão passivos as violências, principalmente se o seu local de trabalho está localizado em regiões de alta periculosidade e dominada por facções criminosas. Estar inserido em um contexto marginalizado da sociedade, a segurança escolar adquire um valor peculiar, pois afeta diretamente o processo de aprendizagem, os projetos de vida de alunos, além da integridade física, emocional.

Ademais, diante de tal contexto, é importante salientar que a escola e a legislação vigente sobre os direitos do cidadão, dá sustentabilidade para uma educação de qualidade com uma sociedade mais justa, inclusiva, democrática. Para isso, cada indivíduo deve assumir um compromisso de respeito mútuo. Ao resgatar o conceito de violência da humanidade nas escolas, percebe-se que o fenômeno é uma construção de conflitos não resolvidos a partir de experiências individuais e coletivas ao longo da história.

Agressor e agredido, envolvidos nos conflitos escolares, se sustentam em um discurso da justificação, por ter seu espaço físico ou ideológico invadido. Desse modo, é um equívoco, apontar que os problemas estão apenas com os envolvidos nos conflitos. Assim, de certa forma, os integrantes da escola sofrem indiretamente as práticas de violências escolares ao assistirem os atos se banalizarem a cada momento na sociedade atual, o que de certa forma acarretam em todos os tipos de doenças como depressão, ansiedade, morbidade, entre outras.

Portanto, diante de conjunturas educacionais, regimentos e leis, essas diretrizes indicam que as ações de prevenção contra a violência norteiam a prática positiva para o sucesso escolar. Contudo, as medidas punitivas que perpassam no/do/sobre o cotidiano escolar, de fato não reduz a violência escolar, exceto as práticas voltadas aos diálogos, mediações de conflitos e alteridade.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. Conversando sobre violência e convivência nas escolas. Flacso. Brasil, OEI, MEC. 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando\\_sobre\\_violencia.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/conversando_sobre_violencia.pdf). Acesso em 02 jul. 2020.

ABRAMOVAY, Mirian. Violência na Escola: Programa de prevenção a violência nas escolas. Brasília. FLASCO, 2015.

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. Cadernos Cedes, Campinas, v. 19, n.47, p. 7-19, 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000400002>. Acesso em: 19 jun. 2020.

ALVES, N. (org.) et all. A invenção da escola a cada dia. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ALVES, N.. Cultura e cotidiano escolar. 25a Reunião Anual da ANPEd. Maio/Jun/Jul/Ago Nº 23, Caxambu, MG, 2003. p. 62-74. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782003000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200005&lng=en&nrm=iso) Acesso em Acesso em: 15 jun. 2020.

AMARAL, Diana Elizabette Lima do; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Mediação de conflitos no ambiente escolar para promover a cultura de paz. Conhecer: debate entre o público e o privado 2018, Vol. 08, nº 21. Disponível em: <file:///C:/Users/profm/Downloads/1072-Texto%20do%20artigo-4335-1-10-20190321.pdf> Acesso em: 18 jun. 2020.

ARENDT, Hanna. Eichmann em Jerusalém: Um retrato sobre a banalidade do mal. Tradução Jose Rubéns Siqueira. Companhia das Letras. 1999. São Paulo.

ARENDT, Hanna. Homens em tempos sombrios. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

BISPO, Fábio Santos; LIMA, Nádia Laguárdia. A violência no contexto escolar: uma leitura interdisciplinar. Educação em Revista.. v.30. n.02. p.161-180. Belo Horizonte. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n2/08.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2020.

BOTÃO, Ana Cláudia Rodrigues; SOUZA, Juan Alejandro Tasso; RIBEIRO, Marislei da Silveira. O Massacre de Suzano e a Cobertura Jornalística Nacional: uma Análise Baseada na Teoria da Espiral do Silêncio. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. 2019. Porto Alegre. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/sul2019/resumos/R65-0402-1.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 1.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm) >. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015. Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm) Acesso em: 30 jun. 2020.

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2009. Fraternidade e segurança pública. CNBB, Brasília, Edições CNBB, 2008.

CARINA, Sandra Cristina. O processo de resolução de conflitos entre pré-adolescentes: o olhar do professor. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, Sp: [s.n],2009.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARLOT, B. A violência na escola. O que a escola pode fazer e como? [CD-ROM] In Anais do Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas, 2, Belém, PA: Universidade da Amazônia – UNAMA. 2005.

CHARLOT, B. Da Relação com o Saber: Elementos para uma Teoria. Bruno Magne (trad.) Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHARLOT, Bernard. O sujeito e a relação com o saber. In: Raquel Lazzar Leite Barbosa (org.). Formação de Educadores: desafios e perspectivas. Editora Unesp, 2003.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, Ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-45222002000200016&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1517-45222002000200016&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 04 jun. 2020.

CASTRO, Rebeca de. Incivilidades: a violência invisível nas escolas. Polêmica, v. 9, n. 2, p. 105 – 113, abril/junho 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2755/1876> Acesso em: 12 jun. 2020.

DEBARBIEUX, E., & Deuspienne, K. R. Das estatísticas oficiais aos levantamentos sobre vitimização, delinquência juvenil e violência nas escolas. In Unesco (coord.), Desafios e Alternativas: violência nas escolas, Brasília. 2003.

DEBARBIEUX, E., & BLAYA, C. Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

EVANS, Katherine, Justiça Restaurativa na educação: promover responsabilidade, cura e esperança nas escolas / Katherine Evans e Dorothy Vaandering; tradução de Tonia Van Acker – São Paulo: Palas Athenas, 2018.

FERNANDES, Daiane Pereira Miguel; FONTOURA, Léia Viviane,. A percepção de alunos sobre a violência escolar. EDUCERE. 2017. Disponível em: [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24324\\_11884.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24324_11884.pdf) Acesso em 24 mai. 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. 2222 p. Coordenação e edição: Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos.

FERREIRA SALLES, Leila Maria. Adolescência, escola e cotidiano: contradições entre o genérico e o particular. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

FINKELHOR, D., Ormrod, R. K., & Turner, H. A. Re-victimization patterns in a national longitudinal sample of children and youth. *Child Abuse & Neglect*. 2007. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17537508> Acesso em: 17 jun. 2020

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernarbete Angelina. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, nº 113, p. 65-81, jul. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a04n113.pdf> Acesso em: 16 mai. 2020.

GOMES, Roberto Alves; MARTINS, Angela M. Conflitos e indisciplina no contexto escolar: a normatização do Sistema de Proteção Escolar em São Paulo. *Ensaio, Fundação Cesgranrio*, v. 24, p. 161-178, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362016000100161&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362016000100161&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 06 jun. 2020.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

HELLER, A. *Sociología de la vida cotidiana*. Trad. J. F. Yvars e E. Pérez Nadal. Barcelona: Península, 1977.

IBGE. *Pesquisa nacional de saúde do escolar : 2015*, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 132 p. Disponível em: [https://educa.ibge.gov.br/templates/ibge\\_educa/recursos/ViolenciaContraAdolescentes.pdf](https://educa.ibge.gov.br/templates/ibge_educa/recursos/ViolenciaContraAdolescentes.pdf) Acesso em : 19 jun. 2020

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LOBATO, Vivian da Silva. Representações de docentes sobre violência nas escolas: um estudo em uma escola ribeirinha. *MARGENS - Revista Interdisciplinar. Dossiê: Formação Docente Versão Digital – vol.10. nº. 14. Jun 2016. (p. 112-128)* Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/4252/4124> Acesso em: 09 jun. 2020.

MARION, Marian. Ajudando as crianças a controlar a raiva. *Anais do XIX Encontro Nacional de Professores do Proepr: Construtivismo e Formação de Professores*. Campinas, SP, Laboratório de Psicologia Genética, Faculdade de Educação, Unicamp, dez/2002.

MATOS, Sheila Cristina Monteiro. Maria Yedda Linhares e a construção da escola de tempo integral no estado do Rio de Janeiro: entrevista com Lia Faria. *Revista Eletrônica de Educação*, v.11, n.3, p.1049-1057, set/dez., 2017. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1871/656> Acesso em: 21 mai. 2020.

MOURA, Marcilene Rosa Leandro. O trabalho docente nas Escolas de Ensino Integral do estado de São Paulo: Novas Competências? *Educação Básica Revista*, vol.1, n.1, 2015. Disponível em: <http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/REB/article/view/44/124> Acesso em: 23 mai. 2020.

QUINQUIOLO, Natalia. O Papel do Professor como Mediador de Conflitos entre Crianças da Educação Infantil. Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano – UNITAU Taubaté/SP - Brasil, v. 10, n 1, edição 18, p. 116 - 125, Junho 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Natalia\\_Quinquiolo/publication/320863573\\_O\\_Papel\\_do\\_Professor\\_como\\_Mediador\\_de\\_Conflitos\\_entre\\_Crianças\\_da\\_Educacao\\_Infantil/links/59ff24baa6fdcca1f29d630c/O-Papel-do-Professor-como-Mediador-de-Conflitos-entre-Crianças-da-Educacao-Infantil.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Natalia_Quinquiolo/publication/320863573_O_Papel_do_Professor_como_Mediador_de_Conflitos_entre_Crianças_da_Educacao_Infantil/links/59ff24baa6fdcca1f29d630c/O-Papel-do-Professor-como-Mediador-de-Conflitos-entre-Crianças-da-Educacao-Infantil.pdf) Acesso em: 30 jun. 2020.

SALLES, L. F.; J. SILVA, M. A. De Paula.; CASTRO, J. C. R. VILLANUEVA, C. F. Um estudo sobre jovens e violência no espaço escolar. Psicol. Soc. Belo Horizonte, v.26, n.1, p.148-157, jan./abr. 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100016&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000100016&script=sci_abstract&tlng=pt) . Acesso em 16 mai. 2020.

SILVA, Luís Carlos Maldonado da. Alteridade e participação na educação escolar. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

SILVA, JMAP; SALLES, LMF. (Orgs). Jovens, violência e escola: um desafio contemporâneo [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 182 p.

SILVA, M. A violência da escola na voz de futuros professores: uma probabilidade da produção da cultura da violência em ambientes escolares. Educação em Revista, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n49/a19n49.pdf> Acesso em: 15 mai. 2015.

UNESCO. Cultura de paz: da reflexão à ação. Balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. – Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p

VINHA, Telma Pileggi. Os conflitos interpessoais na relação educativa. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, Sp: [s.n], 2003.

VINYAMATA, Eduard. (Org). Aprender a partir do conflito: Conflitologia e educação. Porto Alegre, Armed. 2005.